



Juventude (disruptiva), classe social e política de contágio: um diálogo a respeito das ocupações estudantis no Brasil

(Disruptive) youth, social class and the contagion policy: a dialogue about student occupations in Brazil

Flora DAEMON*

<https://orcid.org/0000-0001-9652-1748>

“Lição de casa
em de vez de perguntar
por que as crianças gritam
na rua
perguntar-se por que
não gritam na rua
os adultos”
(DIMITRI BR)

I Apresentação

Esta reflexão se apresenta na qualidade de diálogo com o artigo dos pesquisadores Luís Antonio Groppo e Isabella Batista Silveira. Por meio de um estudo eminentemente teórico estes se voltam às questões de juventude, classe e atuação política focalizando, em específico, as ocupações estudantis no Brasil nos anos de 2015 e 2016. Buscaremos tecer contribuições com vistas a subscrever a importância da temática da revista, devidamente observada pelos referidos autores, e agregar às análises a respeito deste complexo movimento que continua a demandar reflexões que não limitem os múltiplos sentidos de luta, política e juventude, ainda em disputa nos dias de hoje.

II. Juventudes e a escola: aproximações e distanciamentos

No artigo intitulado *Juventude, classe social e política: reflexões teóricas inspiradas pelo movimento das ocupações estudantis no Brasil*, Groppo e Silveira elegem como referências prioritárias a sociologia da juventude, em sua vertente crítica, e as noções de classe social e experiência em E. P. Thompson. Se voltam, também, às contribuições de Jacques Rancière a respeito da ideia de subjetivação política. A proposta dos autores é a

* Jornalista. Doutora em Comunicação. Professora Adjunta do Departamento de Letras e Comunicação da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ, Rio de Janeiro, Brasil). Rodovia BR 465, Km 07, s/n, Seropédica (RJ), CEP: 23890-000. Email: floradaemon@gmail.com.



© A(s) Autora(s)/O(s) Autor(es). 2019 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR), que permite copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material para qualquer fim, mesmo que comercial. O licenciante não pode revogar estes direitos desde que você respeite os termos da licença.

de formular um constructo teórico centrado no debate que visa “[...] pensar a juventude também como categoria política, ou melhor, considerar que, em dados momentos, ela pode se transfigurar de categoria etária a categoria política” (GROPPO; SILVEIRA, 2020, p. 15).

Os autores, que possuem reconhecida trajetória na formulação de estudos sobre os referidos temas reiteram, dessa forma, a centralidade da questão etária que a concepção dialética de juventude compreende. Ainda assim, destacam a possibilidade de criação de deslocamentos, novos sentidos e funções da categoria jovem para superar, justamente, o risco de uma concepção estrutural-funcionalista de juventude.

Trata-se de uma atenção partilhada por diversos pensadores que focalizaram a arbitrariedade dos agrupamentos etários, bem como a associação a valores e características teoricamente concernentes às etapas de vida. Pierre Bourdieu, por exemplo, enfatiza a dimensão do ordenamento a partir da representação ideológica das tipificações jovem e velho. “As classificações por idade (mas também por sexo ou, evidentemente, por classe...) equivalem sempre a impor limites e a produzir uma *ordem* à qual cada um se deve ater, na qual cada um deve manter-se no seu lugar” (BOURDIEU, 2003, p. 152). Para o sociólogo, este ordenamento é fundamentado especificamente na relação entre idade biológica e idade social. Ele defende que:

[...] a idade é um dado biológico socialmente manipulado e manipulável; e que o facto de se falar dos jovens como uma unidade social, de um grupo construído, dotado de interesses comuns, e de se referir a esses interesses a uma idade definida biologicamente, constitui já uma evidente manipulação (BOURDIEU, 2003, p. 153).

Para ilustrar a incidência da dimensão de classe na concepção de juventude, Bourdieu faz referência ao caso do filho de um mineiro que buscava, precocemente, seguir o ofício de seu pai para, então, acessar o mundo do trabalho. Tal prática, comum nas classes populares, é entendida como “[...] o desejo de acederem o mais depressa possível ao estatuto de adulto e as capacidades econômicas que se lhe encontram associadas” (BOURDIEU, 2003, p. 154). Adolescer, no sentido de irresponsabilidade provisória, é entendido, aqui, como um privilégio de classe, dos abastados.

O referido caso pode ser interpretado como uma repetição de comportamento baseada na ideia de socialização. A este respeito, recorreremos aos estudos de Ana Karina Brenner que busca observar os percursos trilhados por jovens diante de processos diversos de engajamento e militância. “O primeiro espaço de socialização é a família ou sua substituta. [...] É pela interação com o outro e pelo reconhecimento recíproco dos sujeitos que nos fazemos capazes de nos autorreconhecer, diferenciando o que é particular do universal” (BRENNER, 2014, p. 33). Ao filho do mineiro, da ilustração supracitada, coube, antes da dimensão etária, a socialização por meio da ideia de classe. Em alguns contextos ele poderia ser considerado jovem demais para trabalhar, mas em tal circunstância específica este parecia ser pobre o suficiente para se tornar adulto.

A própria ideia de classe, de acordo com E. P. Thompson, precisa ser entendida como um fenômeno histórico que tende a agrupar, sem as devidas distinções, acontecimentos

temporalmente desconectados. Por esta razão ele ressalta se tratar de um fenômeno histórico e não uma estrutura ou uma categoria, mas “[...] algo que ocorre efetivamente (e cuja ocorrência pode ser demonstrada) nas relações humanas” (THOMPSON, 1987, p. 9).

A suposta inclinação do filho do mineiro ao mundo do trabalho deve ser lida, nesse sentido, menos como uma escolha e mais como a confirmação de ecos classistas e disciplinadores de um projeto que visava, desde sua formulação, ampliar a abrangência e contemplar infantes de origem popular. Paula Sibilia, em seus estudos sobre a dispersão no espaço pedagógico, se volta às reflexões de Immanuel Kant para perceber a centralidade da disciplina na conformação dos corpos de crianças e jovens em idade escolar. A apreensão do conhecimento, na qualidade de argumento central, aparece secundarizada diante da ‘urgência’ de regular os educandos:

[...] humanizar o animal da nossa espécie, disciplinando-o para modernizá-lo e desse modo, iniciar a evolução capaz de convertê-lo num bom cidadão. Uma vez atingida a primeira meta, em segundo lugar caberia tornar os homens capazes de desenvolver determinadas habilidades, como ler e escrever ou aprender destrezas mais específicas (SIBILIA, 2012, p. 18).

Tal entendimento é compartilhado, também, por Philippe Ariès que defende que a escola, como projeto moderno, se converteu em “[...] um meio de isolar cada vez mais as crianças durante um período de formação tanto moral como intelectual, de adestrá-las, graças a uma disciplina mais autoritária, e, desse modo, separá-la da sociedade dos adultos” (ARIÈS, 2011, p. 107).

Já Michel Foucault (1977) entende este processo como a evidência de um modelo cuja função política e econômica se volta para geração de lucros com a extração das forças individuais domesticadas. Ao focalizar a disciplina como elemento indispensável à obtenção de conhecimento, a escola se tornaria uma instituição de controle que se apresenta como lugar de referência para a concepção de sistemas de pensamento.

É importante salientar que quando optamos por fazer, neste espaço, uma breve digressão a respeito das origens da escola não pretendemos sedimentar um sentido único e irrevogável. Ao contrário: defendemos que por mais que o projeto inicial não visasse universalizar o acesso ao conhecimento com vistas à democratização das oportunidades, a escola permanece em disputa. As ocupações estudantis que são foco do artigo de Groppo e Silveira (2020) são evidência disso, como veremos mais adiante.

É possível considerar, inclusive, que a própria inclusão das classes populares como escopo do projeto educacional carrega consigo, também, a potência de sua transformação necessária. Ana Lucia Enne e Pâmela Passos propõem uma modulação entre o inquestionável peso das estruturas e as possibilidades de agência dos sujeitos que justificam a existência da instituição escolar:

Obviamente, entendemos que as estruturas são estruturantes, mas também estruturadas, não perdendo de vista o papel de sujeitos ativos, agentes sociais, dessas múltiplas juventudes. Entendemos que mesmo diante de campos de possibilidades diferenciados, sujeitos projetam e constroem realidades,

disputando sentidos, se reapropriando e ressignificando o mundo. Mas, para além das idiossincrasias das subjetividades, compreendemos que estruturas sociais diferenciadas vão requerer estratégias e táticas também múltiplas para que essas várias juventudes agenciem e se coloquem como sujeitos de suas realidades (ENNE; PASSOS, 2018, p. 130).

Para compreender as especificidades do sistema educacional público brasileiro é necessário considerar, como vimos, o processo político de formação do projeto da escola e, além disso, ter em conta o recente histórico de escravização de pessoas e as ainda insuficientes políticas voltadas para a reparação histórica. É no contexto de um Brasil extremamente desigual que, em 2017, verificamos a ostentação de uma taxa recorde de extermínio de jovens: quase 36 mil mortes de indivíduos com idade entre 15 e 19 anos, representando 51,8% dos óbitos (ATLAS..., 2019). Redundante afirmar que tais vidas desperdiçadas possuíam similaridades que remetem ao caráter excludente e racista que ainda conserva raízes no Brasil: a maioria jovens do sexo masculino, não brancos e em condição de vulnerabilidade socioeconômica.

A escola pública, neste sentido, na qualidade de ambiente prioritário de sociabilidade juvenil, se torna também campo de experimentação do novo, do diverso, das divergências e dos estímulos. Retomando as contribuições de Brenner que entende a escola como espaço-tempo, poderíamos considerar que ainda que seu projeto institucional possua evidentes – e muitas vezes questionáveis – direcionamentos, é na rotina do seu chão, da capacidade inventiva e política de quem a habita e fundamenta, que reside o potencial de agência e de luta.

Mas é, também, precisamente quando ocorre a possibilidade de recusa ao disciplinamento dos indivíduos, para usarmos as palavras de Foucault (1977), que é imposta a associação da ideia de indomesticabilidade ao sentido de juventude. A rebeldia que poderia ser, num cenário socioeconômico profícuo, entendida como parte do processo de transição para o mundo adulto ganha, no contexto das classes populares, contornos de problema sobre o qual as instituições – a escola, a igreja, a polícia etc – podem (e são convocadas a) incidir.

Este esforço de pensar a juventude ou, mais precisamente, as juventudes, demanda, conforme apontam Groppo e Silveira um empreendimento que busca interseccionalizar outras dimensões tão importantes quanto os aspectos etários. Partindo da interseccionalidade na análise social é possível pensar que:

A concepção dialética de juventude faz outra leitura sobre as supostas disfunções e desvios dos indivíduos e grupos juvenis: se trata de uma construção de identidades, sociabilidades e valores juvenis, não prevista pelas instituições socializadoras, de modo autônomo ou pela adesão a concepções heterodoxas de pessoas adultas e movimentos sociais alternativos ou críticos – não necessariamente *de esquerda*, por vezes também regressivos, e não apenas políticos, mas também em campos como a cultura e a religião (GROPPO; SILVEIRA, 2020, p. 9, grifo do autor).

Elisa Guaraná de Castro observa, justamente, a alteração no cenário recente brasileiro e o que chamou de “[...] distanciamento da dicotomia substantivada ‘juventude problema/juventude solução’” (CASTRO, 2016, p. 196). De acordo com a pesquisadora,

os anos 2000 são um marco para a consolidação e reconhecimento da ideia de sujeitos (demandantes) de direitos.

A história recente do país, no início do século XXI, sob o efeito do incremento tanto de práticas de consumo quanto de políticas educacionais (mesmo que, em parte, controversas), foi atravessada pela ideia de mobilidade social. Diversos autores passaram a identificar o caráter ativo destes novos agentes demandantes e, evidentemente, fomentadores: “[...] percebe-se uma mudança de paradigma de políticas públicas em que o predomínio de uma visão conservadora Estado/provedor - Jovem/atendido é suplantado pelo concepção de políticas públicas como processo de construção participativa no qual o/a jovem pode ser agente” (CASTRO, 2016, p. 197).

O que nos parece interessante, e que ficou evidente no processo de ocupação dos secundaristas, é que as ideias de distinção e de individualização não tiveram peso na construção do movimento. Lícia Valladares, em seu estudo a respeito da mobilidade social de moradores de favelas por meio do ingresso ao ensino superior, identificou, justamente, a ênfase recorrente no ‘ser alguém’ e ‘ser diferente dos outros’ como agente motivador. “Lembremo-nos de que, no Brasil, obter um diploma universitário é indicador de ascensão social. [...]. Ser detentor de um título universitário permitiria, assim, a alguns moradores de favelas, sobressair em meio a uma multidão de ‘iguais’” (VALLADARES, 2010, p. 168).

Ainda que nosso foco não seja o ensino superior, tal como o estudo da socióloga, o Ensino Médio é, hoje em dia, entendido por muitos como etapa necessária para ascender à universidade. Logo, ganha destaque, na atuação dos secundaristas, o justo oposto do que foi identificado pela pesquisa de Valladares. Como agente motivador não encontramos, no presente caso, a distinção por meio de processos individualizados. Ao contrário: o inesperado reside justamente na profunda coletivização não hierárquica.

O esforço de Groppo e Silveira, neste sentido, é o de focalizar o “[...] viés do extraordinário, do contingente, do inesperado” (GROPPO; SILVEIRA, 2020, p. 11). E é precisamente isso que encontramos no movimento de ocupação das escolas pelos estudantes secundaristas. Os autores se voltam, então, às contribuições de Jacques Rancière com o intuito de pensar “[...] a política como o exercício da contestação e assunção de sujeitos políticos, ampliando a esfera pública e o número de pessoas que podem falar e ser ouvidas” (GROPPO; SILVEIRA, 2020, p. 11).

A paisagem política brasileira, quando das ocupações pelos estudantes secundaristas, apresentava reflexos de mudanças recentes no que se refere às ideias de juventude e de representação. Castro afirma que mesmo no âmbito dos movimentos sociais organizados e de partidos políticos, tais categorias não possuíam força representativa significativa. Ambos, segundo a pesquisadora, “[...] associavam a categoria muito mais a um corte etário do que à sua complexa identificação social e política” (CASTRO, 2016, p. 198).

III. Ocupações secundaristas: “seu olho me olha mas não me pode alcançar”

“En la lucha de clases
todas las armas son buenas
piedras
noches
poema”
(PAULO LEMINSKI)

Optamos por trazer para o título desta etapa do texto um fragmento da canção *Reconvexo*, de Caetano Veloso, que, embora não se refira ao contexto focalizado no artigo de Groppo e Silveira, parece ilustrar bem a atmosfera de surpresa, admiração e encantamento das as instâncias tradicionais de atuação política diante das ocupações escolares pelos secundaristas. Os estudantes rebelados e implicados em seus próprios termos e métodos eram visíveis aos olhos todos, incluindo os governos, familiares e a imprensa. Ainda assim, entender essa nova forma de atuar parecia demandar a inclusão de elementos na luta política fortemente atravessados pela estética e pela dimensão afeto, tal como observam Cezar Migliorin e Érico Lima.

[...] se é possível pensar esteticamente uma ocupação em termos de uma invenção que forja conexões, afetos, discursos e embates que se manifestam em processos subjetivos ainda não codificados, é porque o que conecta esses processos é dado no ato mesmo das invenções sensíveis: uma nova relação com a instituição, uma reformulação do papel político de professores e funcionários, uma mudança nas ordens temporais e, claro, uma liberdade imediatamente política própria à possibilidade de uma experiência estética com a luta e o cotidiano (MIGLIORIN; LIMA, 2017, p. 206).

Parece-nos, interessante, dessa forma, refletir sobre a adesão ao movimento secundarista de ocupação das escolas. Retomamos, aqui, as contribuições de Brenner que entende que o “[...] engajamento pode ser resultado de uma ação racional ou torna-se consciente apenas após ocorrerem mudanças tão significativas que deixem claro para o sujeito o que ganhou ou deixou de perder ao se engajar em determinada ação que, até então, não era consciente” (BRENNER, 2014, p. 36). Tal olhar a respeito da adesão ao movimento nos ajuda a vislumbrar o potencial de abrangência deste tipo de mobilização junto a indivíduos com nenhuma – ou pouca – experiência de militância política nos moldes tradicionais. “Em outras palavras, o interesse, por si só, não é suficiente para criar o engajamento. É preciso sentir que esse interesse é necessário” (BRENNER, 2014, p. 36).

Acreditamos, dessa forma, que tal mobilização ganha força justamente porque rompe com a estrutura hierárquica da escola enquanto instituição disciplinar. A prática comunal, descolada da lógica de assistência e de clientelismo, parece ser capaz de engajar justamente pela possibilidade de intervenção participativa e não pela ascensão distintiva por meio de trajetórias individuais.

O filósofo Peter Pál Pelbart entende o movimento dos *ocupas* como uma coreografia política que inaugura uma possível nova subjetividade, baseada numa dinâmica de proliferação e contágio profundamente atravessada pela dimensão do afeto: “[...] mais insurreta, de movimento mais do que de partido, de fluxo mais do que de disciplina, de

impulso mais do que de finalidades, com um poder de convocação incomum, sem que isso garanta nada, muito menos que ela se torne o novo sujeito da história” (PELBART, 2013, não paginado).

Em sua pesquisa a respeito do papel da imagem na constituição dos mobilizações políticas contemporâneas, Roberto Robalinho se volta às ocupações estudantis para observar as disputas postas em cena quando da insurgência de imagens produzidas pelos secundaristas. Até então proliferavam vídeos e fotografias que reiteravam a precariedade da escola e, conseqüentemente, de quem a habitava e dava sentido.

Não é coincidência uma série de planos sequência que mostram o dia a dia das ocupações, das assembleias que contornam o problema da representação, de como alunos mobilizam a comunidade em torno da escola para fazer reparos no edifício, das hortas que são criadas no terreno da escola, da discussão sobre gênero e política, das diversas oficinas que passam a fazer parte da rotina dos alunos, entre outras atividades. Há uma estética da vida comum das ocupações que permeia as imagens e a *mis-en-scène*, mais do que isso, a necessidade de que esses atos, performances, invenções subjetivas, sejam também imagens e circulem pelas redes (ROBALINHO, 2017, p. 194).

Um depoimento obtido por Rose de Melo Rocha e Luci Pereira, apresentado em seu estudo a respeito do engajamento político estudantil, é revelador das transformações no entendimento das possibilidades de atuação política por parte de jovens estudantes. A pesquisadoras focalizam as distinções atribuídas aos sentidos de política e ativismo. Este último, de acordo com um dos entrevistados

[...] vai contra aquilo que está estabelecido e busca uma mudança. Uma vez que mudou, que nem hoje, eu postei no meu Facebook [...] que na Dinamarca eles estão transformando em lei, só produzir alimento orgânico. Então, aqui ainda tá no ativismo, muito longe disso. Lá virou política. Já é uma coisa que vai ser padrão, vai fazer parte do governo. Aqui ainda tá no ativismo, você tem que ficar pregando o que é melhor, pregando porquê é melhor e assim por diante para fazer essa mudança (ROCHA; PEREIRA, 2017, p. 172-173).

É possível perceber, a partir do depoimento acima, que a modalidade de atuação experienciada pelos estudantes, pelo menos a partir do ponto de vista do autor do relato, é marcadamente diversa da militância política tida como tradicional (leia-se, aqui, as partidárias de colorações diversas e, também, as sindicais). Não se trataria, então de galgar degraus rumo à ocupação (desta vez no sentido mais amplo) de espaços bem delimitados de militância.

Talvez a grande potência dos jovens estudantes resida justamente nas formas de atuação que desenvolveram ao longo do processo de ocupação de escolas no país. Nos alinhamos, neste sentido, à percepção de Pelbart que defende que “[...] a melhor maneira de matar um ‘acontecimento’ dessa ordem é reinseri-lo no encadeamento causal, reduzindo-o aos fatores diversos que o explicariam e o esgotam, ao invés de desdobrar aquilo que eles trazem embutido, ainda que de modo balbuciente ou embrionário” (PELBART, 2016, online).

O que podemos fazer, por ora, com vistas a fortalecer o debate iniciado por Groppo e Silveira, é perceber algumas características comuns à mobilização do secundaristas que ocuparam as escolas. Em alguma medida todas se recusavam a fixar rostos às lideranças, traziam à tona o caráter necessariamente interseccional da luta – ao contrário da segmentação acessória recorrente nas organizações partidárias – e, fundamentalmente, buscavam escapular às muitas tentativas de categorizar o que são, fizeram e, por consequência, capazes de promover.

Referências

- ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: LTC-GEN, 2011.
- ATLAS da Violência 2019. Brasília (DF); Rio de Janeiro; São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2019.
- BRENNER, Ana Karina. Socialização política nos percursos de jovens militantes de partidos políticos. In: CARRANO, Paulo; FÁVERO, Osmar. **Narrativas juvenis e espaços públicos**: olhares de pesquisas em Educação, Mídia e Ciências Sociais. Niterói: Editora da UFF, 2014.
- BOURDIEU, Pierre. **Questões da Sociologia**. Lisboa: Fim de Século, 2003.
- CASTRO, Elisa Guaraná de. Juventude rural, do campo, das águas e das florestas: a primeira geração jovem dos movimentos sociais no Brasil e sua incidência nas políticas públicas de juventude. Política & Trabalho. **Revista de Ciências Sociais**, João Pessoa: Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba, n. 45, jul./dez. 2016.
- DIMITRI BR. **Ocupa**. Rio de Janeiro: 7letras, 2016.
- ENNE, Ana Lucia; PASSOS, Pâmela. Juventudes e apropriações urbanas em uma leitura polissêmica. **Políticas Culturais em Revista**, Salvador, v. 11, n. 2, p. 123-145, jul./dez. 2018.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. Petrópolis: Vozes, 1977.
- GROPPO, Luís Antonio; SILVEIRA, Isabella Batista. Juventude, classe social e política: reflexões teóricas inspiradas pelo movimento das ocupações estudantis no Brasil. **Argum.**, Vitória, p. 7-21, jan./abr. 2020.
- LEMINSKI, Paulo. **Vida**. Traducción: Joaquín Correa. Mar del Plata: Puente Aéreo, 2015.
- MIGLIORIN, Cezar; LIMA, Érico Araújo. Estética e comunidade: ocupar o inacabado. **O que nos faz pensar**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 40, p. 203-221, jan./jun. 2017.

PELBART, Peter Pál. Tudo o que muda com os secundaristas. **Outras Palavras**, São Paulo, 13 maio 2016. Disponível em: <https://outraspalavras.net/sem-categoria/pelbart-tudo-o-que-muda-com-os-secundaristas/>. Acesso em: 2 fev. 2020.

PELBART, Peter Pál. "Anota aí: eu sou ninguém". **Folha de São Paulo**, São Paulo, jul. 2013. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/opinia0/2013/07/1313378-peter-pal-pelbart-anota-ai-eu-sou-ninguem.shtml>. Acesso em: 2 fev. 2020.

ROBALINHO, Roberto. **Cartografia das imagens ardentes**: imagens, política produção subjetiva nos protestos de junho de 2013. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017.

ROCHA, Rose; PEREIRA, Luci. Ativismos juvenis como artesanias de uma outra democracia: comunicação, consumo e engajamento político. **C&S**, São Bernardo do Campo, v. 39, n. 3, p. 161-188, set./dez. 2017.

SIBILIA, Paula. **Redes ou paredes**: a escola em tempos de dispersão. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**: a árvore da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

VALLADARES, Lícia. Educação e mobilidade social nas favelas do Rio de Janeiro: o caso dos universitários (graduandos e graduados) das favelas. **DILEMAS**: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, Rio de Janeiro, v. 2, n. 5-6, jul./ago./set. /out./nov./dez. 2010.

Flora DAEMON

Professora do Departamento de Letras e Comunicação da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Jornalista, Mestre e Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense (UFF). Autora do livro *Sob o signo da infâmia: das violências em ambientes educacionais às estratégias midiáticas de jovens homicidas/suicidas* (Garamond, 2015), pesquisa contemplada com menção honrosa no Prêmio Capes de Teses e com recursos da Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio de Janeiro (FAPERJ) para sua publicação. Atualmente desenvolve Pós-doutorado junto ao Programa de Pós-Graduação em Cinema e Audiovisual (PPGCINE-UFF).
